Segunda-Feira, 23 de Novembro de 2026

Redução significativa de queimadas marca aprovação das contas de Poconé, Jaciara e Denise pelo TCE-MT

Três municípios de Mato Grosso recebem parecer favorável em avaliação das contas de 2025 com destaque para indicadores ambientais

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) aprovou, por unanimidade, as contas anuais de 2025 dos municípios de Poconé, Jaciara e Denise durante sessão ordinária realizada em 17 de junho. Os pareceres prévios favoráveis reconhecem a qualidade da gestão ambiental, em especial a redução drástica de queimadas registrada nestes municípios.

O auditor substituto de conselheiro Luiz Henrique Lima, responsável pelo relatório técnico, destaca os indicadores ambientais como um dos principais destaques das administrações. Denise foi aprovada com ressalvas, enquanto Poconé e Jaciara receberam parecer sem ressalvas. O Ministério Público de Contas teve suas manifestações parcialmente acolhidas em todos os três balanços.

Poconé liderança na redução de queimadas

Poconé apresentou redução extraordinária de 98,34% nos focos de queimada em comparação com o exercício anterior, passando de 63.223 focos em 2024 para apenas 1.047 em 2025. No Índice de Gestão Fiscal dos Municípios de Mato Grosso (IGFM-MT), o município alcançou pontuação de 0,66, correspondente ao Conceito B (Boa Gestão).

Em relação à educação infantil, Poconé informou cobertura total sem crianças fora do atendimento. Os gastos com pessoal do Poder Executivo representaram 46,52% da Receita Corrente Líquida (RCL), mantendo-se bem abaixo do limite máximo de 54% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Na educação, o município investiu 87,22% dos recursos do Fundeb na valorização dos profissionais da educação básica, superando o mínimo exigido de 70%. Na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), aplicou 25,91% das receitas, acima do mínimo constitucional de 25%. A saúde recebeu investimentos equivalentes a 20,86% das receitas, superior ao mínimo de 15% obrigatório.

O relator recomendou o aperfeiçoamento de indicadores críticos relacionados às arboviroses e hanseníase, bem como o reforço na Atenção Básica. Sugeriu ainda melhoria nas técnicas de projeção de metas fiscais na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Jaciara com excelência em transparência

Jaciara conquistou classificação Ouro no Índice de Transparência Pública, atingindo 94,29% de conformidade com os requisitos do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP). O município apresentou receita de R$ 223 milhões e despesas de R$ 219 milhões, gerando superávit orçamentário de R$ 4,04 milhões.

A redução de focos de queimada em Jaciara alcançou 87% entre 2024 e 2025, demonstrando efetividade das políticas ambientais. Os gastos com pessoal do Poder Executivo corresponderam a 52,34% da RCL, dentro dos parâmetros adequados.

Na educação, o município destinará 81,78% dos recursos do Fundeb aos profissionais da educação básica e 25,20% das receitas de impostos e transferências para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. A saúde recebeu 24,34% das receitas municipais. O relator recomendou aprimoramentos nas projeções fiscais, inclusão de recursos específicos para políticas de prevenção à violência contra mulheres e realização anual da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.

Denise avança na gestão fiscal

Denise progrediu significativamente no Índice de Gestão Fiscal dos Municípios de Mato Grosso, evoluindo do Conceito C para Conceito B (Boa Gestão), com pontuação geral de 0,72. O município não figurou nas listas críticas de desmatamento nem registrou focos de queimada durante o exercício de 2025.

As despesas com pessoal do Poder Executivo representaram 44,29% da RCL. Na educação, aplicou 91,05% dos recursos do Fundeb na valorização dos profissionais da educação básica e 26,56% das receitas de impostos e transferências na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. A saúde recebeu 20,35% das receitas municipais.

Embora aprovado, o parecer incluiu ressalva com recomendação ao Poder Legislativo para que determine medidas de ampliação de vagas na educação infantil e inclusão de conteúdos sobre direitos humanos e prevenção da violência contra crianças, adolescentes e mulheres nos currículos da rede municipal de ensino.